



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

ATA DA 41ª SESSÃO CONVOCADA EM CARÁTER ORDINÁRIO, DO COMITÊ DE GOVERNANÇA, INTEGRIDADE, RISCOS E CONTROLES INTERNOS - CGIRC DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, REALIZADA NO DIA DOZE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. Às oito horas do dia doze de junho dois mil e vinte e três, por meio de sistema de videoconferência, verificado o quórum, tem início a 41ª sessão do comitê de governança, integridade, riscos e controles internos, sob a presidência do Senhor Janir Alves Soares - Reitor da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri e contando com a presença dos demais membros: Marcus Henrique Canuto - Vice-Reitoria; Alcino de Oliveira Costa Neto - Pró-Reitoria de Administração; Jussara de Fátima Barbosa Fonseca - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis; Welyson Tiano dos Santos Ramos - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura; Moisés Augusto da Silva - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas; Rafael Alvarenga - Pró-Reitoria de Graduação; Darliton Vinícios Vieira - Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento; Thales Henrique Dutra - Diretoria de Governança Institucional; Thiago Mendes Borges - Diretoria de Tecnologia da Informação; Mara Lúcia Ramalho - Diretor(a) de Educação a Distância; Leonardo Azevedo Sá Alkmin - Diretor do Campus de Janaúba; Thiago Vasconcelos Melo - Diretor do Campus de Unaí. Iniciada a sessão o presidente colocou em votação a provação da ata da 40ª reunião que foi aprovada por ampla maioria com seis abstenções. Na sequência apresentou a pauta da reunião e colocou em votação, resultado: provada por unanimidade. Dando prosseguimento, passou para discussão do assunto referente a o **processo 23086.002605/2023-32 - Relatório Final DGI para análise e deliberação**. Após contextualização, o presidente pediu que contasse em ata sua fala: "Thales a gente é tem acompanhado né, o trabalho e o nosso papel aqui também né, como membros do comitê, é exatamente de fortalecer essas iniciativas e a gente percebe que isso aí são práticas novas, nós estamos nos aculturando desta, desse ambiente, dessas práticas, para que se tornem rotinas. Então assim, é muito importante nós, que estamos aqui na alta gestão né, pró-reitores, diretores, que nós conseguimos um tempo aí na nossa agenda, na nossa rotina, para implementar, porque a unidade de gestão são com três pessoas, muito pequena, ela vai ser apenas um farol, ela vai nos apontar agora quem tem que de fato atuar, somos nós e nós temos que agir na forma preventiva, porque depois vem a corretiva, isso aí é ruim. Então a gente tem calcular, a gente planejar, para a gente minimizar, rejeitar os riscos é o nosso trabalho. Então eu percebo, que nós temos aí um desafio muito grande, como você bem colocou aqui Thales, é o principal desafio a ser superado, efetividade das medidas planejadas e a expansão do alcance das capacitações sobre ética e integridade, uma vez que, ela depende da conciliação das atividades acadêmicas e administrativas com as demandas de treinamento sobre integridade, ou seja, nós temos que induzir essa pauta nas nossas agendas né. Então aí é cada setor, cada unidade organizacional, ela debruçar na matéria, ela analisar direitinho os questionários e quando nós caminharmos para o monitoramento, instrumento de monitoramento, de acompanhamento, é isso que nós estamos ainda patinando, nós precisamos implementar se não nós não vamos controlar nada, nós vamos ficar respondendo pelos riscos e tentar reparar prejuízos. Então assim, é eu penso também que a gente deu uma descontinuidade aqui naquela sequência de reuniões que nós havíamos estabelecido, por razões várias, a gente distanciou um pouco, mas a gente tem que restabelecer uma rotina de reuniões desse comitê e eu acredito que pra esse momento aqui, pra gente não ficar aqui malhando ferro frio, é a gente capacitar as pessoas envolver as pessoas, aqui tem os cursos de capacitação à distância. A gente precisa de fato participar disso, isso tem que pertencemos e com certeza só vai trazer ganhos pra nós, mas eu volto a dizer, são demandas essenciais, fundamentais, para que a gente ganhe o espaço necessário e assim não vou dizer necessário, é obrigatório, de cumprir planos e metas e integridade, nós temos que cumprir né, isso aí não é optativo, não é facultativo. Então eu faço um pedido né, a todos os membros desse comitê, nós estamos aqui não é o acaso né, existe uma competência, atribuição intrínseca a cada um de nós aqui, avançou muito, mas a equipe da unidade de

ação a integridade é minúscula né e a alta gestão está procurando prover essa estruturação, prover esse melhor funcionamento, pra que a universidade ela evolua, ela avance né, principalmente na parte de formação, conhecimento, com ações preventivas, educativas e minimizando as ações para fins de correção. E principalmente na linha de ética e integridade, mas Thales, por fim, eu só tenho que agradecer o trabalho seu, da Marina e do João Paulo principalmente, que já está aí a bastante tempo né, trabalhando estudando e desenvolvendo um trabalho de grande relevância viu, que conste em ata essa minha fala Lorena, de uma forma de incentivar, de reconhecer esse trabalho e ao mesmo tempo ratificar o pedido a todos os membros do nosso colegiado para essas ações e também né, eu fico um pouco preocupado, que a gente ficou aqui dezoito minutos esperando o quórum de um comitê importantíssimo, da alta gestão. Então depois eu gostaria Marina que as justificativas né, porque que nós não estamos com o quórum completo, com o pleno, por gentileza, a necessidade de ficar ligando, pra pró-reitor, diretor pra poder estar aqui na sala, isso não pega bem, isso já mostra o primeiro tropeço nosso né acerca do que é o papel e a relevância desse colegiado."O debate prosseguiu e o Welyson pediu que contasse em ata a sua fala: "obrigado Thales, não perfeito eu entendi, essa que é minha dúvida mesmo, eu achei que nós tínhamos um problema ainda institucional nessa perspectiva né, até vindo dos próprios servidores às vezes entender né, quando dentro da própria competência hoje estão extrapolando e eu acho importante a gente prevê isso daqui pra frente. Eu sei que a equipe é pequena, mas é pra contribuir tá Thales e aí eu queria que ficasse registrado em ata, essa minha fala, da necessidade de incluir nos próximos documentos a questão das competências dos gestores né, de alguma forma que tenha, que seja estabelecido um controle, numa questão legal mesmo. Então por exemplo, eu acho importante que fique registrado a importância da universidade buscar cumprir o decreto dez mil cento e trinta e nove, que são dos atos normativos, que talvez esse seja um problema né, a dificuldade de vocês de conseguir encontrar os regimentos, então a gente precisa consolidar né e ter esses registros hoje em dia né, com muito mais facilidade pra que a gente possa ter acesso e saber né, pra poder fazer esse controle das competências de cada um, então é isso professor Janir muito obrigado." Findadas as discussões, colocou em votação a provação do relatório Final DGI, resultado: aprovado por ampla maioria com duas abstenções. Seguiu para o **processo 23086.010695/2022-54 - Proposta do Comitê de Gestão de Espaços Físicos, Acessibilidade e Fuga e Comissão Permanente para Avaliações Pós-Ocupação (CPAPO) e Comissões de Avaliação Pós-Ocupação Local (CAPOL), para análise e deliberação**. Após discussões o Welyson solicitou registro da sua fala em ata: "Então pessoal, bom dia novamente, fiquei feliz que acabou que voltou novamente a discussão nesse ponto que eu tinha chamado atenção, para os espaços ociosos, pra mim é uma questão que já vem me preocupando já há muito tempo no particular né, já chamei atenção, até já chegou processo meu até no Consu a esse respeito e que ao meu ver não foi dada a devida atenção né, que ao meu ver parecia e parece que é um problema, que não era só do campus de Janaúba, pela própria discussão aqui. A gente vê também que é um problema do campus de Diamantina, do Mucuri, não sei se é um problema de Unaí, mas realmente me preocupa porque os espaços ociosos quando a gente olha a finalidade da universidade, a gente vê uma, com o devido respeito aos colegas, uma queda de braço dentro da universidade. Quando alguém solicita um espaço pra uma outra finalidade, eu entendo que o prédio a ser construído, a área de uma sala de aula, no entanto, a gente entende também o seguinte, o que diz a lei que quando você faz um concurso público né, esse concurso público tá dizendo pra sociedade que a universidade precisa daquele servidor e o serviço que ele vai prestar, ele tem que ter condições pra prestar aquele serviço. Então a universidade ela é uma coisa dinâmica, então dois mil, no ano dois mil, quando a universidade tinha lá que é só um número aleatório, só pra poder dar exemplo ,tinha trinta prédios, tinha alguns objetivos que ela queria cumprir, mas os anos foram passando, foram entrando mais servidores e com esses servidores novos objetivos surgiram e a gente sabe que os prédios estão, em geral, são aquelas infraestrutura não mudou muito. Mas a gente vê que ao longo do tempo, foram surgindo espaços ociosos e a gente precisa discutir como utilizar adequadamente esses espaços, apesar deles terem sido construídos em alguma época por alguma finalidade e hoje eu vejo com muita naturalidade o que outras instituições fazem né, porque você tem lá professores na sua maioria, na sua universidade, os professores são doutores, então eu posso dizer assim, que tem competência técnica pra dizer se o espaço serviria ou não pra ele né. Eu estou falando do ponto de vista legal mesmo, pela formação que tem e isso simplesmente não é levado em conta, então chega fulano A ou B que simplesmente olha pro seu pedido e diz esse espaço não vai atender pra você não, aí você não tem, vem um parecer técnico que dê respaldo a isso e as pessoas vão tocando o carro e o espaço continua ocioso. A grande questão pra mim é essa, ou seja você, você frustra a atividade de um servidor e o prejuízo não é só para o servidor, ele é pra universidade porque você aloca recurso que possivelmente o espaço atenderia o servidor, você coloca em relatório que não tem espaço e aí você obriga

o sistema a dizer que precisa se construir mais prédio havendo inúmeros espaços que poderia ser readequado, sabe aí você ver outras instituições fazendo isso, readequando seus espaços pra atender as finalidades. Então realmente isso me preocupa, muito e eu sempre faço questão de pedir que isso seja registrado em ata, porque a nossa universidade ela tem né, espaços ociosos que a gente precisa olhar pra esses espaços e dar uma readequação, por isso que eu perguntei dessa questão de como é que a gente tá colocando isso na resolução. Não sei se é o melhor momento né, inclusive até quero trazer né pra colaborar aqui, coloquei aqui no chat, eu sei da existência dessa resolução trinta e um do Consu de cinco de dezembro de dois mil e onze, não sei se ela foi revogada então, como é que é essa comissão aí de espaço também físico ela se comunica com essa outra tá, eu deixo aí pra reflexão, porque realmente eu não sei. Ela me parece ser uma resolução que está solta quando a gente faz menção a ela, eu até já fiz e simplesmente ela não foi trazida a tona, então eu não sei se ela foi revogada essa comissão se ainda existe e se existe, se ela poderia de alguma forma, está anexada também a essa comissão aqui de gestão dos espaços, é isso professor Janir, muito obrigado." Findados os debates votou-se o seguintes encaminhamentos: "acrescentar os diretores de Campi no Comitê de Gestão de Espaços Físicos, Acessibilidade e Fuga (CGEFAF)", resultado: aprovado por ampla maioria com duas abstenções. "Fazer encaminhamento à prograd e à proad para elaboração de relatório acerca da ocupação das salas de aula, resposta em 15 dias úteis", resultado: aprovado por ampla maioria com duas abstenções. Seguiu para o **processo 23086.004945/2023-06 - Apreciação e aprovação de minuta de Resolução que institui a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR) e apreciação/aprovação de minuta de Retificação da Resolução Portaria nº 1571, de 15 de Junho de 2022**. Feitas considerações foram votados as seguintes alterações na minuta: "Incluir incisos no Art 2º, retirar os atos de pessoal e reescrever os incisos para indicar as representações", resultado: aprovado por unanimidade. "Exclusão da representação da unidade acadêmica do art 2º", resultado: aprovado por ampla maioria, um voto contrário e cinco abstenções. "Inclusão do inciso VI no Art. 7: VI. Tornar decisões, para garantir a ordem e adequado funcionamento da ETIR, e resoluções de questões urgentes", resultado: aprovado por ampla maioria com duas abstenções. "Art 10: Art. 10. Os casos omissos nesta resolução serão resolvidos pelo CGIRC, em observância à PSI da UFVJM e à legislação em vigor, ouvido o Gerente de Segurança da Informação", resultado: aprovado por ampla maioria com uma abstenção. Por fim, votaram a aprovação da minuta com as alterações, que foi aprovada por ampla maioria com três abstenções. Votaram também a adesão à rede federal de gestão de incidentes cibernéticos, resultado: "aprovado por unanimidade. Dando prosseguimento, foi votado a alteração da portaria 1571: "Onde se lê: Art. 1º Alterar a Portaria nº 2325, de 4 de novembro de 2020, que estabelece, no âmbito da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a estrutura, as competências e responsabilidades do Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles - CGIRC e do Comitê Assessor de Governança, Integridade, Riscos e Controles - CAGIRC. Leia-se: Art. 1º Alterar a Portaria nº 2325, de 4 de novembro de 2020, que estabelece, no âmbito da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a estrutura, as competências e responsabilidades do Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles - CGIRC e do Comitê Assessor de Governança, Integridade, Riscos e Controles - CAGIRC, que passa a incorporar competências e responsabilidades no que se refere a Governança Digital." Resultado: aprovado por ampla maioria com duas abstenções. Findados os assuntos de pauta, o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão. Eu, Lorena Martins Cima, lavrei a presente ata que, depois de apreciada e aprovada, será devidamente assinada eletronicamente por mim e pelo Presidente da sessão. Diamantina, vinte e três de junho do ano de dois mil e vinte e três.



Documento assinado eletronicamente por **Janir Alves Soares, Docente**, em 07/03/2026, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1106536** e o código CRC **933C06B4**.